



**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**  
Estado de São Paulo

**MINUTA DE EDITAL DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 002/2024**

**CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM/SP**

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFECÇÃO DE UM BUSTO, CONTEMPLANDO SUA BASE, BUSTO E PLACA, EM HOMENAGEM AO SENHOR JOAQUIM FIRMINO DE ARAÚJO CUNHA, A SER INSTALADO À FRENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM.**

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO**

**R\$ 37.000,00 (trinta e sete mil reais).**

**PERÍODO DE PROPOSTAS**

De: 02/07/2024 às 08h00

Até: 10/07/2024 às 08h00

**PERÍODO DE LANCES**

De: 10/07/2024 às 08h20

Até: 10/07/2024 às 14h20

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS**

**NÃO**



# CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

## AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 002/2024.

(Processo Administrativo n.º 024/2024)

Torna-se público que a Câmara Municipal de Mogi Mirim, por meio do setor de compras e licitações, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento menor preço, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Data da sessão: 10/07/2024

Link: [www.novobbmnet.com.br](http://www.novobbmnet.com.br)

Horário da Fase de Lances: das 08h20 às 14h20 - Tempo de duração: 06 (seis) horas

### 1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O objeto do presente procedimento é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação, por dispensa de licitação, de empresa para confecção de um busto, contemplando base, busto e placa, em homenagem ao Senhor Joaquim Firmino de Araújo Cunha, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e em seus anexos.

1.2. A contratação ocorrerá em item/lote único, conforme tabela abaixo:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNID.DE MEDIDA	QUANT.	PREÇO ESTIMADO	LOCAL DE EXECUÇÃO	PRAZO DE EXECUÇÃO
Único	1	Confecção de um busto, contemplando base, busto e placa, em homenagem ao Senhor Joaquim Firmino de Araújo Cunha, que deverá ser instalado no jardim em frente à Câmara Municipal de Mogi Mirim.	Unidade	01	R\$37.000,00	Câmara Municipal de Mogi Mirim	90 (noventa) dias

1.3. O critério de julgamento adotado será o de menor preço, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e de seus Anexos quanto às especificações do objeto.



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

### **2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.**

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica dar-se-á mediante a utilização do Sistema BBMNET, disponível no endereço eletrônico [www.novobbmnet.com.br](http://www.novobbmnet.com.br)

2.1.1. O fornecedor/interessado é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão, entidade promotora do procedimento, a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2. Não poderá(ão) participar desta Dispensa de Licitação o(s) fornecedor(es)/interessado(s):

2.2.1. Que não atenda(m) às condições deste Aviso de Contratação Direta e de seu(s) anexo(s);

2.2.2. Estrangeiro(s) que não tenha(m) representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.3. Que se enquadre(m) nas vedações do art. 14 da Lei 14.133/21.

2.2.4. Organização(ões) da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

2.3 As microempresas e empresas de pequeno porte poderão usufruir dos benefícios contidos na Lei Complementar Federal nº 123/2006.

### **3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL.**

3.1. O ingresso do fornecedor/interessado na disputa da dispensa eletrônica dar-se-á com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor/interessado encaminhará, exclusivamente, por meio do Sistema BBMNET, a proposta com a descrição do objeto ofertado, informando a respectiva marca do produto ofertado, quando for o caso, assim como, consignando o preço pretendido, atentando-se para a data e o horário pré-estabelecidos para o fim de recebimento de propostas.



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

### **Estado de São Paulo**

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial, o preço, vinculam o fornecedor/interessado proponente.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente sobre objeto desta Dispensa de Licitação;

3.4.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor.

3.5. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade no cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo, o proponente, o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como, de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.6. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá declarar e assinalar, em campo próprio do sistema eletrônico, que atende as seguintes declarações:

3.6.1 Declaramos que inexistente fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública.

3.6.2 Declaramos o enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, quando couber.

3.6.3 Declaramos o pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação constantes do procedimento.

3.6.4 Declaramos nossa responsabilidade pelas transações efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras.

3.6.5 Declaramos o cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para o detentor da condição de beneficiário reabilitado da Previdência Social de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, se couber.

3.6.6 Declaramos o cumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

### Estado de São Paulo

3.7. Quando houver variação mínima entre lances, fica facultado ao fornecedor/proponente, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço).

3.7.1. Feita opção prevista no item 3.7 acima, os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste Aviso.

3.7.1.1. Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta;

3.7.2. O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso para os demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores/interessados, na forma da seção seguinte deste Aviso.

#### 4. FASE DE LANCES

4.1. A partir das 08h20 da data estabelecida no cabeçalho deste Aviso de Contratação Direta, **a sessão pública será automaticamente aberta** pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, sendo que todos os lances serão realizados, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico, que será encerrado às 14h20.

4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico.

4.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.

4.3. O fornecedor/interessado somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.3.1. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, quando a disputa for por menor preço, que deverá cobrir a melhor oferta anterior, é de R\$50,00 (cinquenta reais).



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

### **Estado de São Paulo**

4.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta inicial.

4.6. Durante o procedimento, os fornecedores/interessados serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor, detentor do menor valor ofertado.

4.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

## **5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO**

5.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

5.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

5.3. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta já adequada ao último lance e, se necessário, de documentos complementares.

5.3.1. Além da documentação supracitada, o fornecedor com a melhor proposta, conforme o caso, deverá encaminhar planilha com indicação de custos unitários e formação de preços.

5.4. O prazo de validade da proposta **não será inferior a 60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

5.5. Será desclassificada a proposta que:

5.5.1. Contiver vícios insanáveis;



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

### Estado de São Paulo

5.5.2. Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Aviso ou em seus anexos;

5.5.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.5.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.5.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Aviso ou de seus anexos, desde que insanável.

5.6. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

5.7. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor/proponente, no prazo indicado via sistema, desde que não haja majoração do preço.

5.8. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação.

5.9. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

5.10. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, iniciar-se-á a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

## 6. HABILITAÇÃO

6.1. Encerrada a etapa de negociação e aceitação, será iniciada a fase de Habilitação, quando será disponibilizado ao licitante classificado em primeiro lugar, o comando para inserção dos documentos de Habilitação. O prazo para a inserção dos documentos solicitados neste edital (Aviso de Contratação Direta) será de **01 (uma) hora**, a contar do disparo da mensagem da liberação do comando eletrônico para inserção dos documentos habilitatórios, ficando, o ainda proponente, sujeito à desclassificação, caso não a faça no tempo determinado.



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

### **Estado de São Paulo**

6.1.1. É dever do fornecedor/proponente atualizar previamente os documentos para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

6.1.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor/proponente, exceto se eventual consulta aos sítios eletrônicos oficiais, emissores de certidões, lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

6.2. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

6.3. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais, quando e se houver dúvida em relação à integridade do documento digital apresentado.

6.4. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

6.4.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto, bem como, as condições de habilitação.

6.5. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

## **7. CONTRATAÇÃO**

7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

7.2. O adjudicatário terá o prazo de **03 (três) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.





## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

### **Estado de São Paulo**

7.2.1. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e devidamente aceita pela Administração.

7.3. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

## **8. SANÇÕES**

8.1. Comete infração administrativa o fornecedor que incidir em quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas no art. 155 da Lei 14.133/21 ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às sanções previstas no art. 156 da Lei 14.133/21:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor;
- c) Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 03 (três) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

8.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.4. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, exime a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

8.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

### **9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

9.1. O procedimento será divulgado no *site* BBMNET, no *site* oficial do órgão licitante - [www.camaramogimirim.sp.gov.br](http://www.camaramogimirim.sp.gov.br), no Jornal Oficial do Município e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

9.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

9.2.1. Republicar o presente Aviso com uma nova data de sessão;

9.2.2. Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

9.2.3. Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

9.3. As providências dos subitens 9.2.1 e 9.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto)

9.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

9.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando, o mesmo, responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

### **Estado de São Paulo**

9.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

9.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, nos termos do art. 12, III e art. 64, da Lei 14.133/21.

9.9. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

9.9.1. ANEXO I – Documentação exigida para Habilitação

9.9.2. ANEXO II - Termo de Referência;

9.9.3. ANEXO III – Minuta do Contrato

Mogi Mirim, 28 de junho de 2024

**DIRCEU DA SILVA PAULINO**

**Presidente**

**Câmara Municipal de Mogi Mirim**



# **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

## **ANEXO I**

### **1. Documentação exigida para Habilitação**

- 1.1. Certidão Negativa de Débitos Federal;
- 1.2. Certidão Negativa de Débitos Estadual
  - 1.2.1. Certidão Negativa de Débitos Tributários Não Inscritos;
  - 1.2.2. Certidão Negativa de Débitos Dívida Ativa;
- 1.3. Certidão Negativa de Débitos Municipais;
- 1.4. Prova de Regularidade para com o FGTS, demonstrando situação regular;
- 1.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas



# **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

## **ANEXO II**

### **TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. OBJETO:** Confecção de um busto, contemplando sua base, busto e placa, em homenagem ao senhor Joaquim Firmino de Araújo Cunha, a ser instalado à frente da Câmara Municipal de Mogi Mirim.

#### **2. ESPECIFICAÇÕES:**

**2.1. BASE:** A base deverá ser feita em alvenaria resistente sendo, sua base concretada e fixada com ferros para sustentação, no jardim externo da Câmara Municipal.

2.1.1. Medidas: 1,30m de altura; 0,42m de frente e costas; 0,30m laterais.

2.1.2. Revestimento: A base depois de fixada, deverá ser revestida em granito preto polido com espessura 20mm.

**2.2. TAMPO/BASE DO BUSTO:** O tampo/base do busto deverá ser feito em granito preto polido.

2.2.1. Medidas: 0,56m de frente/costas; 0,50m laterais; 0,02m espessura.

**2.3. BUSTO:** Deverá ser confeccionado em fibra de vidro, com acabamento em resina na cor bronze, baseado nas fotos enviadas (existem apenas 2 fotos, sendo estas muito parecidas).

2.3.1. Medidas: O busto deverá ter aproximadamente 0,50m

**2.4. PLACA:** A placa com os dizeres deverá ser fixada na base, sendo confeccionada em bronze fundido.

2.4.1. Medidas: 0,40m x 0,30m

#### **3. PRAZO DE ENTREGA:**

**3.1** A empresa que ganhar a licitação deverá estar ciente que deverá fazer toda a instalação do busto incluindo a construção, transporte e fixação tanto da base quanto do busto e da placa.

**3.2 Após a aprovação da arte, o busto deverá ser entregue e instalado em no máximo 60 (sessenta) dias corridos.**



# CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

## 4. PAGAMENTO

O pagamento será feito após o recebimento definitivo do busto, incluindo sua fixação.

## 5. FOTOS QUE SERVIRÃO DE MODELO PARA O BUSTO





**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**  
Estado de São Paulo

**ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO**

**CONTRATO Nº xxx/2024**  
**PROCESSO Nº 24/2024**

**TERMO DE CONTRATO para confecção de busto, contemplando sua base, busto e placa, homenageando ao sr. Joaquim Firmino de Araújo Cunha, a ser instalado à frente da Câmara Municipal de Mogi Mirim.**

Por este instrumento de contrato, de um lado o **MUNICÍPIO DE MOGI MIRIM**, Pessoa Jurídica de Direito Público, por meio da **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**, com sede administrativa nesta cidade de Mogi Mirim, Estado de São Paulo, à Rua Dr. José Alves nº 129, Centro, CEP 13.800-900, inscrita no CNPJ/MF sob nº 49.626.864/0001-02, neste ato representada por seu Presidente Senhor **Dirceu da Silva Paulino**, brasileiro, solteiro, servidor público municipal, portador da Carteira de Identidade nº 27.727.473-4, SSP/SP e inscrito no CPF sob nº 265.575.208/22, residente e domiciliado na Rua Santo Zavarize, nº120, bairro Jardim Helio Cruz, CEP: 13.806-590 na cidade de Mogi Mirim/SP, a seguir denominada **CONTRATANTE** e a sociedade empresária, XXXXXXXXXXXXX, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob nº XXXXXXXXXXXX, inscrição estadual nº XXXXXXXXXXXX, situada na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CEP XXXXXXXXXXXX, neste ato por seu Sócio, **XXXXXXXXXXXXXX**, casado, profissão, portador do RG nº xxxxxxxx, xxx/xxx, inscrito no CPF/MF sob nº xxxxxxxxxxxx, residente e domiciliado na Rua xxxxxx, nºxxxxxxxxx – bairro – CEP: xxxxxxxx – xxxxxxxxxxxxxxxx/SP, a seguir simplesmente denominada como **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 24/2024 em observância às disposições da Lei Federal nº 14.133/2.021 e suas alterações posteriores, resolvem celebrar o presente Contrato, decorrente do Termo de Dispensa de Licitação nº 002/2024, para confecção de busto, contemplando sua base, busto e placa, homenageando ao sr. Joaquim Firmino de Araújo Cunha, a ser instalado à frente da Câmara Municipal de Mogi Mirim, conforme Termo de referência e ETP que instruem o procedimento Administrativo, sujeitando-se às normas disciplinares da legislação regente, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA I – DO OBJETO – A CONTRATADA** por força do presente instrumento obriga-se nos termos dos documentos que instruem o PA nº 24/2.024 e de sua proposta apresentada, a qual fará parte integrante deste contrato confecção de busto, contemplando sua base, busto e placa, homenageando ao sr. Joaquim Firmino de Araújo Cunha, a ser instalado à frente da Câmara Municipal de Mogi Mirim, em conformidade com a quantidade, especificações e preço unitário e total, como segue:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	BUSTO	UNIDADE	1	R\$	R\$
	BASE	UNIDADE	1	R\$	R\$
	TAMPO	UNIDADE	1	R\$	R\$
	PLACA	UNIDADE	1	R\$	R\$
VALOR TOTAL =					R\$

Valor total: (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx)





# CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

## Estado de São Paulo

§ 1º - O objeto do contrato será recebido de acordo com inciso III do art. 127 do Decreto Municipal nº 9304/2024 e subsidiariamente pelas disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas posteriores alterações.

§ 2º - O serviço será recebido da seguinte forma:

a) provisoriamente, no ato da entrega, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações; e,

b) definitivamente, **no prazo de até 15 (quinze) dias**, após a verificação da qualidade e consequente aceitação.

**CLÁUSULA II – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E DO LOCAL DE ENTREGA DO SERVIÇO** – O objeto do contrato consistente na elaboração e entrega de 01 (uma) base de alvenaria revestida com granito; 01 (um) tampo em granito para sustentação do busto; 01 (um) busto confeccionado em fibra de vidro com acabamento em resina na cor bronze; e 01 (uma) placa em bronze fundido, tamanho 0,40m X 0,30m, deverão ser entregues e instalados à frente da Câmara Municipal, situada na **Rua Dr. José Alves, 129, centro – Mogi Mirim/SP** em local indicado pela CONTRATANTE, **no prazo máximo de até 60 (sessenta) dias**, a contar da data da assinatura do contrato.

§ 1º - Em caso de o prazo final acima estipulado coincidir com feriados, pontos facultativos, sábados ou domingos, a entrega deverá ocorrer no 1º (primeiro) dia útil após.

§ 2º - A entrega deverá ser por conta e risco da empresa contratada, nas quantidades solicitadas, e deverá estar obrigatoriamente acompanhada dos competentes documentos fiscais, devidamente discriminado o veículo e respectivo valor.

§ 3º - A empresa contratada se compromete a dar preferência ao pedido da Câmara Municipal.

**CLÁUSULA III – DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO** – Para cobrir as despesas oriundas com o objeto do contrato será onerada a seguinte dotação orçamentária do programa para o exercício de 2.024: **02.01.02.01.03120052.227** código orçamentário **4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente** – 4.4.90.52.44 – Obras de Arte e Peças para Exposição – Ficha 1522.

**CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS** – O CONTRATANTE, obriga-se a pagar pelo fornecimento e serviço, objeto do presente contrato, o preço firme e irrevogável consignado na **CLÁUSULA I – DO OBJETO** deste instrumento contratual.

§ 1º - Atribui-se ao presente contrato o valor global de **R\$ xxxxxxxx** (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx), considerando o preço **unitário** e a quantidade **total** do serviço a ser prestado.

§ 2º - No preço ofertado estão inclusos todos os custos, sem a eles se limitarem, exemplificados: encargos, impostos, fretes, taxas, despesas diretas e





# **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

## **Estado de São Paulo**

indiretas, pedágios, tributos e demais contribuições pertinentes pela execução dos fornecimentos e decorrentes do futuro contrato, constituindo o referido preço na única contraprestação da CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM.

**CLÁUSULA V – DO REAJUSTE** - O pedido de reajuste só poderá ocorrer após o transcurso de 12 (doze) meses, consoante dispõe a Lei Federal 10.921/01 e o § 4º do art. 92 da Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações.

§ 1º - Fica designado o índice IPCA/IBGE, acumulado para cada respectivo período de 12 (doze) meses para eventual reajustamento de preços, nos termos do § 3º do art. 92 da Lei 14.133/92 e suas alterações.;

§ 2º - Os pedidos de reajuste deverão ser apresentados por escrito, devidamente instruído com a documentação pertinente para análise da Contratante.

§ 3º - No caso de eventual mudança do atual cenário econômico do país, serão adotados para este Edital e o futuro contrato, o novo sistema de moeda e correção monetária que venha a vigor no país.

**CLÁUSULA VI – DO PAGAMENTO – A CONTRATANTE** deverá efetuar o pagamento no prazo de até 15 (quinze) dias após o aceite da Nota Fiscal do recebimento definitivo do serviço, por meio de depósito em conta corrente em instituição bancária devidamente indicada pela contratada ou por meio de pagamento de boleto emitido pela favorecida.

§ 1º - Nenhum pagamento será efetuado à contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

§ 2º - A **CONTRATADA** deverá cumprir com o exigido no Protocolo ICMS 42/2.009, bem como deverá enviar o arquivo digital da NF para o e-mail **contabilidade@camaramogimirim.sp.gov.br**, para o armazenamento de dados solicitado pela referida Portaria CAT nº 162/2.008.

§ 3º - **Não serão aceitas Notas Fiscais com divergência de CNPJ, com relação ao empenho, em nenhuma hipótese.**

§ 4º - A empresa deverá mencionar na Nota Fiscal o número da licitação ou dispensa eletrônica, o número do contrato ou o número da nota de empenho, sob pena de devolução da nota fiscal.

§ 5º - As notas fiscais/faturas que forem apresentadas em desconformidade ao descrito acima e com erro, serão devolvidas à contratada para retificação e nova apresentação.

## **CLÁUSULA VII – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

I – Efetuar o imediato afastamento de qualquer empregado cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados inconvenientes ou insatisfatórios ao bom andamento dos serviços.



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

### **Estado de São Paulo**

II – Respeitar todas as regras, disposições, condições e determinações pertinentes aos serviços a serem prestados.

III – Assumir, objetivamente, inteira responsabilidade civil e administrativa pela execução dos serviços, correndo por sua conta os ônus inerentes ao serviço prestado, tais como: deslocamento de técnicos, diárias, hospedagem, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributos, taxas, licenças, férias e documentos concernentes ao contrato, inclusive seguros contra acidentes de trabalho, bem como de indenizar todos e quaisquer danos/prejuízos causados à Contratada ou a terceiros, voluntária ou involuntariamente, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados ou prepostos, durante e/ou em consequência da execução dos serviços contratados, providenciando imediata reparação dos danos ou prejuízos impostos ao Contratante ou a terceiros, inclusive, se houver, despesas com custas judiciais e honorários advocatícios.

IV – Obedecer às normas de segurança e medicina do trabalho para esse tipo de atividade, ficando por sua conta o fornecimento, antes do início da execução dos serviços, dos Equipamentos de Proteção Individual - EPIs para seus empregados e, eventualmente, da subcontratada.

V – Determinar que seus empregados e subcontratados trajem uniforme ou crachá de identificação enquanto permanecerem nas dependências do Contratante.

VI – Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.

VII – Prover, configurar e ativar os equipamentos necessários à prestação do serviço, atendendo integralmente às características e às necessidades do Contratante, e prover e responsabilizar-se por todo meio de transmissão, conexões, materiais e equipamentos, acessórios e mão-de-obra necessários para o seu bom funcionamento.

VIII – Zelar pela perfeita execução dos serviços contratados, reparando, corrigindo, removendo, reconstruindo ou substituindo, às suas expensas, as partes do objeto da presente Contratação em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes dos materiais empregados ou da execução dos serviços.

IX – Substituir os equipamentos de sua propriedade, sempre que seja necessário.

X – Responder pelo cumprimento dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, bem como assegurar os direitos e cumprimento de todas as obrigações estabelecidas.

XI – Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e às recomendações aceitas pela boa técnica.

XII – Manter a supervisão permanente dos serviços, de modo a obter uma operação correta e eficaz, além de atender prontamente quaisquer exigências do Ministério inerentes ao objeto dentro dos padrões de qualidade exigidos.

XIII – Atender de imediato às solicitações, corrigindo qualquer ocorrência de interrupção ou mau desempenho na prestação dos serviços contratados, devendo considerar os Acordos de Níveis de Serviço estabelecidos no Termo de Referência.



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

### **Estado de São Paulo**

XIV – Comunicar, por escrito, imediatamente, ao gestor do contrato, a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis.

XV – Toda e qualquer ocorrência relacionada aos serviços ou ao contrato será devidamente registrada e comunicada à Contratada, objetivando a imediata correção das irregularidades ou deficiências apontadas, sendo de inteira responsabilidade desta, o refazimento ou a execução de serviços necessários visando a sua adequação ao exigido. A falta da comunicação não exime a Contratada de qualquer responsabilidade acerca de eventuais interrupções ou falhas nos serviços contratados e sua eventual solução.

XVI – Qualquer mudança do preposto, ou seus respectivos contatos, deverá ser comunicada em até 2 dias úteis ao Contratante.

XVII – Executar os serviços com observância das especificações técnicas e regulamentação aplicável ao caso, com esmero e correção, refazendo tudo quanto for impugnado pela fiscalização, se necessário.

XVIII – Fornecer, na forma solicitada pela administração, a fatura para pagamento.

XIX – Guardar inteiro sigilo dos serviços contratados, bem como de toda e qualquer documentação gerada, reconhecendo serem esses de propriedade e uso exclusivo do Contratante.

XX – Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto deste Contrato, sem prévia autorização do Contratante.

XXI – Prestar esclarecimentos ao Contratante sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolva, independentemente de solicitação.

XXII – Responder por quaisquer interferências de intrusos nos acessos aos serviços, bem como zelar pela integridade da comunicação.

XXIII – Comunicar à fiscalização contratual, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente.

XXIV – Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no presente edital.

**PARÁGRAFO ÚNICO - A CONTRATADA** obriga-se a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, e sua comunicação caso ocorra algum fato impeditivo, sob risco de incorrer as penalidades legais.

### **CLÁUSULA VIII – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:**

I – Permitir acesso dos empregados da Contratada e suas prestadoras de serviço às dependências do Contratante para execução dos serviços referentes ao objeto, quando necessário.



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

### Estado de São Paulo

II – Prover a alimentação de energia, além de local e instalações adequadas para que a Contratada possa acondicionar o(s) seu(s) equipamento(s), cabendo a esta a disponibilização de todas as demais infraestruturas necessárias à prestação do serviço descrito na presente especificação.

III – Prestar as informações e os esclarecimentos relevantes à prestação do serviço que venham a ser solicitadas pela Contratada.

IV – Assegurar-se da boa prestação dos serviços, verificando sempre o seu bom desempenho.

V – Documentar as ocorrências que comprometam a prestação dos serviços, comunicando-as imediatamente à Contratada.

VI – Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pela Administração, não devem ser interrompidos.

VII – Emitir pareceres sobre os atos relativos à execução do contrato, em especial quanto ao acompanhamento e fiscalização da prestação dos serviços, à exigência de condições estabelecidas e à proposta de aplicação de sanções.

VIII – Efetuar o aceite, considerando o valor resultante da execução dos serviços, consoante as condições estabelecidas no Contrato e no respectivo Termo de Referência.

**CLÁUSULA IX – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO** - O presente contrato iniciar-se-á na data da sua assinatura, quando serão reconhecidos seus efeitos e **vigorar por 90 (noventa) dias, iniciando-se no dia xx de xxxxxxxx de 2.024**, prorrogáveis nos termos da legislação vigente.

**CLÁUSULA X – DA RESCISÃO** - O **CONTRATANTE** poderá declarar rescindido o contrato, independentemente de qualquer interpelação judicial e/ou extrajudicial e de qualquer indenização, caso a contratada incida nas seguintes hipóteses:

I – Falir, entrar em recuperação judicial ou extrajudicial, tiver sua firma dissolvida ou deixar de existir;

II – Transferir, no todo ou em parte, o contrato, sem prévia e expressa autorização do **CONTRATANTE**;

III – Inobservar total ou parcialmente as obrigações assumidas;

IV – Atrasar injustificadamente a entrega do objeto licitado e respectiva contratação;

V – Desatender às determinações regulares do solicitante.

VI – Prestar os serviços em desacordo com as com as especificações apresentadas em sua proposta, e,



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

### Estado de São Paulo

VII - Nas demais hipóteses previstas em Lei, de acordo com o artigo 137 da Lei n. 14.133/21 e suas posteriores alterações.

**CLÁUSULA XI – DAS PENALIDADES** - Ressalvados os casos de força maior e casos fortuitos, a inexecução contratual, parcial ou total, facultada a ampla defesa e o contraditório, a juízo do **CONTRATANTE**, fica a **CONTRATADA** sujeita às penalidades previstas nos artigos 155 ao 159 da Lei n. 14.133/21 e suas posteriores alterações, independentemente de qualquer interpelação judicial, e nos seguintes casos:

I - De conformidade com o artigo 156 da Lei n. 14.133/21 e suas posteriores alterações, a **CONTRATADA**, garantida a prévia defesa, ficará sujeita à multa de 0,33% (trinta e três centésimos de por cento) sobre o valor contratado, por dia de atraso em que, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas esgotado o prazo de entrega definido na cláusula II deste contrato e sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei n. 14.133/21 e suas posteriores alterações, até o limite de 10(dez) dias.

II – Nos termos do artigo 156 e seguintes da Lei n. 14.133/21 e suas posteriores alterações, conjuntamente com o artigo 14 do Decreto nº 3.705/04, pela inexecução total, a **CONTRATADA**, garantida a prévia defesa, ficará sujeita às seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de 10 % (dez por cento) do valor do contrato;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo de até 05 (cinco) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.
- e) em qualquer caso de transgressão que motive a rescisão do termo contratual por parte do **CONTRATANTE**, será aplicada à **CONTRATADA**: multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor atualizado do contrato.

§ 1º – Após a aplicação de quaisquer penalidades acima previstas, realizar-se a comunicação escrita à empresa, e publicação no Órgão de Imprensa Oficial (excluídas as penalidades de advertência e multa de mora), constando o fundamento legal da punição.

### **CLÁUSULA XII – DAS COMUNICAÇÕES E DOS GESTORES**

– O encaminhamento de cartas e documentos recíprocos referentes a este contrato, serão consideradas como efetuadas, se entregues através de protocolo aos destinatários abaixo:

#### **CONTRATANTE:**

CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

A/C: Sr. Dirceu da Silva Paulino

RUA DR. JOSÉ ALVES, 129 – CENTRO – MOGI MIRIM/SP

CEP: 13.800-900 - FONE: (19) 3814-1216



# CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

## Estado de São Paulo

### CONTRATADA:

EMPRESA: xxxxxxxxx

RESPONSÁVEL: xxxxxxxxxxxxxxxxx

ENDEREÇO: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

CEP/CIDADE/ESTADO: xxxxxxxxxxxxx - xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, e

RESPONSÁVEL: xxxxxxxxxxxxxxxxx

ENDEREÇO: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

CEP/CIDADE/ESTADO: CEP xxxxxxxx – xxxxxxxxxxxxxxxxx

**Parágrafo Único** - Fica definido neste instrumento, que o Sr. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx será o(a) **GESTOR(A)** do contrato, ficando a seu encargo o gerenciamento das comunicações, verificação de prazo de entrega e vigência do contrato, tramitação de notas fiscais junto a Contadoria/Controladoria, bem como outros atos que se referem a este.

**CLÁUSULA XIII – DO FORO** - As partes elegem o Foro da Comarca de Mogi Mirim, Estado de São Paulo, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões judiciais relativas ou resultantes do presente contrato.

E assim, por haverem acordado, declaram as partes aceitarem todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente instrumento, bem como, ao observá-lo fielmente, firmando-o em 03 (três) vias de igual teor, para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Mogi Mirim, xx de xxxxxxxxxxxxxxxx de 2.024.

**DIRCEU DA SILVA PAULINO**  
**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

### CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1- xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

2- xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

GESTOR:

xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

**DE ACORDO:**

*Fernando Márcio das Dores*  
*Procuradoria Jurídica*





# CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

## TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

CONTRATADO: XXXXXXXXXXXXX

**CONTRATO Nº XXXXXX**

OBJETO: Confecção de busto, contemplando sua base, busto e placa, homenageando ao sr. Joaquim Firmino de Araújo Cunha, a ser instalado à frente da Câmara Municipal de Mogi Mirim, prazo de execução 60 (sessenta) dias, vigência contratual de 90 (noventa) dias, ambos a contar da data de assinatura do instrumento contratual.

ADVOGADO: Fernando Márcio das Dores – OAB/SP 349335

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos **CIENTES** de que:

- a) O ajuste acima referido estará sujeito a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) Poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraído cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) Além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) Qualquer alteração de endereço – residencial ou eletrônico – ou telefones de contato deverá ser comunicada pelo interessado, peticionando no processo.

2. Damo-nos por **NOTIFICADOS** para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Mogi Mirim, xxx de xxxxxx de 2.024.

### AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: Dirceu da Silva Paulino

Cargo: Vereador Presidente

CPF: 265.575.208-22

Assinatura: \_\_\_\_\_



# CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

## **RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome: Dirceu da Silva Paulino

Cargo: Vereador Presidente

CPF: 265.575.208-22

Assinatura: \_\_\_\_\_

## **RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:**

### **Pelo contratante:**

Nome: Dirceu da Silva Paulino

Cargo: Vereador Presidente.

CPF: 265.575.208-22

Assinatura: \_\_\_\_\_

### **Pela contratada:**

Nome: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx.

Cargo: xxxxxxxxxx

CPF: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Assinatura: \_\_\_\_\_

## **ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:**

Nome: Dirceu da Silva Paulino

Cargo: Vereador Presidente

CPF: 265.575.208-22

Assinatura: \_\_\_\_\_

## **GESTOR(ES) DO CONTRATO:**

Nome: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Cargo: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

CPF: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Assinatura: \_\_\_\_\_





# CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

## **DEMAIS RESPONSÁVEIS (\*):**

Tipo de ato sob sua responsabilidade: Parecer Jurídico.

Nome: Fernando Márcio das Dores.

Cargo: Procurador Jurídico.

CPF: 280.243.036-04

Assinatura: \_\_\_\_\_

Tipo de ato sob sua responsabilidade: Fiscal do Contrato.

Nome: xxxx

Cargo: xxxx

CPF: xxxxxxxxxxxxxxxxx

Assinatura: \_\_\_\_\_

---

(\*) - O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica. *(inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021)*